

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

PLENÁRIA VIRTUAL - RESOLUÇÕES

BRASIL SOBERANO SE FAZ COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!

CONGRESSO INIMIGO DO Povo!

As trabalhadoras e os trabalhadores técnico-administrativos em educação das Instituições Públicas de Ensino do Brasil, reunidas/os na Plenária Nacional da FASUBRA em Brasília-DF, nos dias 15 e 16 de novembro de 2025, avaliaram e aprovaram a seguinte resolução de conjuntura.

Os elementos centrais presentes na resolução de conjuntura aprovada na Plenária Nacional da FASUBRA que ocorreu no final de agosto de 2025, ainda se mantêm:

- a) A extrema-direita ainda possui força e localização política privilegiada no cenário internacional, sendo o governo Trump dos Estados Unidos o polo organizador desse campo. Embora a oposição ao trumpismo tenha começado a se organizar, com grandes atos e algumas importantes vitórias eleitorais locais, Trump segue seu processo de desmonte da combalida democracia estadunidense e do multilateralismo;
- b) O genocídio praticado por Israel contra o povo Palestino, com a anuência dos EUA, ainda persiste, configurando-se como a maior tragédia humanitária dessa atual geração. Somado a esse fator, destacam-se os conflitos étnicos no continente africano e a ameaça à soberania venezuelana promovida pelos EUA mediante uma possível intervenção militar nesse país;
- c) No Brasil, a manutenção de uma política neoliberal para a condução da economia (manutenção da autonomia do banco central e arcabouço fiscal) ainda persiste;
- d) Além da luta contra a proposta de reforma administrativa elaborada pela extrema-direita, representada pelo Dep. Pedro Paulo, a luta pela reabertura da Mesa de Negociação e pelo cumprimento integral do termo de acordo assinado em 2024, configuraram-se como pauta central da agenda política da FASUBRA neste ano e continuarão a ser no próximo período.

Em que pese ainda não termos derrotado o projeto de Reforma Administrativa ou reaberto a negociação pelo cumprimento integral do Acordo de Greve assinado em 2024, após a realização da Plenária Nacional da FASUBRA em agosto, obtivemos êxito na luta que pressionou o Congresso Nacional pela aprovação da isenção do imposto de renda para quem

ganha até 5 mil reais e já observamos recuos em relação ao apoio à Reforma Administrativa que retira direito dos trabalhadores.

Nesse cenário, a caracterização política que fazemos é que vivenciamos um período político reacionário, portanto, desvantajoso para a organização e mobilização do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores em direção à conquista de novos direitos políticos e sociais, assim como para a garantia de direitos humanos fundamentais, como demonstra o recente ataque da Câmara aos direitos de meninas vítimas de violência sexual, com a aprovação de um projeto de decreto legislativo (PDL nº 3/2025) que derruba resolução do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), dificultando o acesso à interrupção legal da gestação. E as tentativas de alteração da PEC da Segurança, pela extrema-direita, que visam proteger o crime organizado de ações da Polícia Federal.

No decorrer desses últimos 75 dias, além das diversas ações protagonizadas pela direção nacional da FASUBRA, destacamos a atuação da federação junto ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) na importante Marcha Nacional contra a Reforma Administrativa, realizada em Brasília-DF, no dia 29 de outubro de 2025, que reuniu milhares de trabalhadoras e trabalhadores. A marcha cumpriu papel importante de pressão sobre o Congresso Nacional, contribuindo para que, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro, ocorresse o pedido formal de 22 parlamentares de retirada de suas assinaturas da PEC 38/2025. Todavia, o perigo persiste, com a possibilidade do Presidente da Câmara, Hugo Motta apesar a proposta à outra PEC com tramitação avançada na câmara, desrespeitando os ritos da câmara.

Outro destaque na conjuntura que envolveu diretamente o serviço público federal é o fato de que o MGI forçou de maneira unilateral e autoritária, a assinatura com diversas entidades do serviço público federal de um reajuste de 17,5% no auxílio alimentação das trabalhadoras e trabalhadores do Executivo federal a partir de dezembro de 2025, e a correção dos auxílios (alimentação e pré-escolar) e do ressarcimento do saúde suplementar, em abril de 2026, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Embora reconheçamos o impacto da concessão de reajuste parcial dos benefícios para uma parcela significativa da categoria ainda em 2025, devemos destacar que a luta pela equiparação dos benefícios aos outros poderes e a implementação do auxílio nutrição aos aposentados continua e deve ser pauta do conjunto dos servidores públicos no próximo período. Diante desse cenário, a FASUBRA protocolou uma contraproposta via Ofício nº 267/2025 para o Secretário de

Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) – na qual reivindica valores equiparados aos percebidos pelo poder Judiciário atualmente, desvinculação do auxílio saúde da obrigatoriedade de comprovação de contratação de plano de saúde privado, reajuste nos valores das diárias e a criação de um auxílio nutrição para aposentados/as e pensionistas.

A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NOS 525 ANOS DE RACISMO NO BRASIL

No dia 28 de outubro de 2025, dia anterior à importante marcha contra a Reforma Administrativa em Brasília-DF, a sociedade brasileira se deparou com um dos maiores massacres promovidos pela força policial contra a população pobre e negra na história do país. Nesse dia, o alvo foi a comunidade localizada nos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde, sob o comando do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro – Partido Liberal (PL), mais de uma centena de mortos – entre eles “suspeitos”, policiais e moradores – foi o saldo da trágica operação.

Esta ação, a mais letal da história recente do Estado, escancara o fracasso e a brutalidade de uma política de segurança baseada na lógica militar e na guerra contra a população pobre, que, no Brasil, é composta, em sua maioria, por negros e negras. Uma política que, há décadas, só tem produzido dor, luto e mais violência para as comunidades trabalhadoras das zonas periféricas. A falácia da chamada “guerra às drogas” serve apenas para legitimar o abandono dos territórios periféricos e justificar a matança de jovens negros e empobrecidos. Essa guerra nunca foi contra as drogas; é contra o povo trabalhador e negro que vive nas favelas. Mesmo após a aprovação da (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) ADPF das Favelas do STF, que tenta estabelecer limites mínimos para as operações policiais, o governo do estado segue ignorando decisões judiciais e reforçando a lógica do extermínio. A prática cotidiana mostra que o Estado continua agindo como um inimigo das comunidades, e não como um garantidor de direitos. Esse cenário se soma à postura reacionária do governador, que se opôs à PEC da Segurança Pública, proposta que busca articular ações entre municípios, estados e União para integrar as forças de segurança sob uma política nacional. A extrema-direita não quer integração nem planejamento: quer confronto, ódio e morte, pois é disso que se alimenta politicamente.

A FASUBRA reafirma que não há segurança pública sem justiça social. É urgente construir uma nova visão de segurança, baseada na vida e nos direitos do povo, que una políticas de

saúde, educação, moradia e cultura – e não militarização e repressão.

É importante que as entidades filiadas à FASUBRA apresentem esse debate dentro nas instituições de ensino em que atuam, envolvendo as entidades representativas de estudantes e docentes, sobretudo as vinculadas ao ANDES-SN e à UNE, e principalmente entidades e coletivos do movimento negro, visando ampliar e contribuir com o debate sobre a formulação de propostas que avancem na superação da necropolítica promovida pelo Estado brasileiro, problema estrutural, que remonta ao período ditatorial e permeia todos os governos desde então, sendo necessário uma mudança radical no projeto de segurança pública do país que rompa com a estrutura policial e militarizada.

A democracia brasileira está e continuará em risco enquanto o Estado continuar decidindo quem pode viver e quem deve morrer. Pela vida, pelos direitos e por uma segurança pública popular e democrática!

A luta antirracista – em suas intersecções com gênero, classe, geração e outros marcadores sociais – deve compor o debate sobre segurança pública, assim como sobre todos os serviços públicos e direitos sociais. As mulheres negras são duplamente penalizadas, pois estão submetidas tanto ao racismo quanto ao machismo. Elas compõem o segmento social que recebem os menores salários, sendo maioria entre as vítimas de violência doméstica, sexual e feminicídios. Nesse sentido, a FASUBRA reforça a importância da ampla divulgação e da participação na Marcha das Mulheres Negras, a ser realizada em Brasília, em 25 de novembro de 2025, com o tema “Reparação e Bem Viver”.

POR UM PNE QUE FOMENTE A QUALIDADE E A DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO E GARANTA OS RECURSOS NECESSÁRIOS!

Sobre o tema da democracia e das políticas públicas na/para a educação superior, destacamos que o Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento de planejamento das políticas educacionais do país, estabelecido em metas decenais que orientam a atuação do Estado na garantia do direito à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, encontra-se em debate no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 2.614/2024. Nesse processo, a FASUBRA Sindical apresentou um conjunto de emendas ao texto através o mandato da deputada Sâmia Bomfim, sendo que seis delas foram acolhidas pelo relator por mérito, incorporadas na forma do substitutivo. Entre as contribuições aceitas estão pautas estratégicas para o fortalecimento da democracia nas instituições federais de ensino (IFE),

como a paridade na escolha de reitores, a vedação das listas tríplices, o aprimoramento da avaliação institucional com caráter efetivamente participativo e a garantia de financiamento adequado para a educação superior pública, com parâmetros nacionais mínimos. A defesa da aprovação dessas emendas quando o PL entrar em votação fortalecerá o projeto de uma universidade pública democrática, transparente e comprometida com sua função social.

FORTALECER A MOBILIZAÇÃO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

É primordial que as entidades filiadas à FASUBRA dupliquem os esforços políticos e de mobilização visando a ampliação da pressão política sobre os/as parlamentares de sua região, na luta pela não tramitação da proposta de reforma administrativa protocolada recentemente na Câmara Federal, assim como a pressão sobre o governo pelo cumprimento dos pontos pendentes do acordo de greve de 2024. Ações como as seguintes serão fundamentais para que sejamos vitoriosas e vitoriosos nesse próximo período em relação a essa luta:

1. fortalecer localmente a construção de frentes em conjunto com outras entidades sindicais, populares e estudantis, para organizar ações conjuntas na luta em defesa do serviço público, promovendo, conjuntamente, a instalação de outdoors em pontos estratégicos das cidades onde os/as parlamentares moram;
2. publicação de postagens pagas nas redes sociais (Facebook e Instagram) para ampliar a nossa influência no debate político realizado no mundo virtual;
3. veiculação de propagandas em rádios locais;
4. realização de audiências públicas nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas;
5. panfletagens junto à comunidade interna das instituições (visando dialogar com estudantes) e com a comunidade externa (população em geral), explicando do que se trata a proposta de reforma administrativa;
6. realização de reuniões nos escritórios locais das/os parlamentares;
7. realização de manifestações onde possível; entre outras ações similares.

As entidades filiadas devem permanecer atentas aos chamados da FASUBRA, em específico: a possível necessidade de convocação de uma Plenária Nacional de emergência, a ser realizada no formato virtual, para adequar a tática caso ocorra a aceleração da tramitação da reforma administrativa na Câmara Federal; e a uma possível necessidade de que as entidades

enviem representantes de base para contribuir na intervenção, em conjunto com o FONASEFE em Brasília-DF, na Câmara Federal, na pressão contra a tramitação da Reforma Administrativa.

Esse projeto de Reforma Administrativa se configura como parte de um projeto de reforma do Estado brasileiro frente à crise estrutural do capitalismo, em contexto de avanço das políticas neoliberais, especialmente na América Latina, com a finalidade de recuperar as taxas de lucro e de acumulação da burguesia.

A Direção da FASUBRA já instou sua Assessoria Jurídica Nacional para o questionamento jurídico ao MGI, para que apresente os estudos técnicos de viabilidade que tratam dos pontos do acordo que não foram cumpridos e negados no GT PCCTAE, no MGI.

A REFORMA ADMINISTRATIVA É UM ATAQUE ÀS DIVERSAS ESFERAS DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

As mudanças na organização da administração pública e nas regras/regimes do funcionalismo (municipais, estaduais e federais), propostas na reforma administrativa, aprofundam a precarização da oferta dos serviços públicos, além de extinguir cargos, desmontar carreiras e retirar direitos de diversas categorias de servidores(as) das mais variadas áreas, como saúde, educação, segurança e previdência social. Esses(as) servidores(as) são agentes que trabalham para garantir os direitos constitucionais da população, e a ausência deles/delas nas repartições e instituições públicas torna muito mais difícil o acesso do povo aos serviços essenciais e básicos. Para ilustrar, elencamos alguns dados e ações que só são possíveis em virtude da resistência dos(as) servidores(as) aos ataques e zelado pelo compromisso social:

- Em 2025, o Ministério da Saúde apresentou um estudo indicando que cerca de 76% da população brasileira utiliza o SUS. Desse percentual, quase 80% se autodeclara negra (preta e parda). Dos 32,9 milhões de idosos do Brasil, aproximadamente 70% dependem exclusivamente do SUS;
- A (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) – PNAD Contínua (IBGE) de 2024 indicou que cerca de 82% das matrículas na educação básica se mantém nas creches e escolas públicas;
- O Censo Trans (2022) identificou que 96,1% da população de travestis e transexuais buscaram o serviço público quando precisaram ir ao médico (Estudo realizado pela

Rede Trans Brasil para coletar dados sociodemográficos e subsidiar a criação de políticas públicas);

- Dados do Conselho Nacional de Justiça (2025) indicam que 25% dos processos judiciais no Brasil tramitam com gratuidade. Esse percentual aumentaria significativamente, se não fosse o fato de metade das comarcas do país não possuírem acesso ao atendimento da Defensoria Pública;
- No enfrentamento aos crimes ambientais e na proteção da Amazônia Legal, a PF descapitalizou mais de R\$2 bilhões do crime organizado em 2024. O Ibama foi responsável pela queda de 65,8% nas áreas queimadas (primeiro semestre de 2025) e a diminuição de 50% no desmatamento na Amazônia Legal em 2023 (comparado com 2022). O Sistema BDQueimadas (Inpe) revelou a diminuição de 46,4% no número de focos de calor (primeiro semestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024);
- Na gestão das crises climáticas, por exemplo, as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, a Defesa Civil, em parceria com escolas e outras instituições públicas, foi essencial no auxílio à população, salvando vidas, promovendo o acolhimento, a orientação e o suporte às vítimas dos desastres durante a reconstrução de suas vidas.
- As instituições públicas de pesquisa, como a Fiocruz – que desenvolve vacinas e medicamentos, além de formar profissionais para o SUS e atendimento de referência à população –, e o Instituto Butantan – maior produtor de vacinas e soros da América Latina e principal fornecedor de imunobiológicos para o SUS – são verdadeiros patrimônios científicos e sociais que atuam em diversas frentes, desde o combate a epidemias até a promoção do desenvolvimento social e a defesa da cidadania.
- O trabalho de regulamentação e fiscalização de produtos e serviços consumidos no dia a dia, como medicamentos, alimentos e cosméticos, exercido pelos (as) servidores (as) das agências de regulação e fiscalização, como a Anvisa, é crucial para a promoção da saúde e a integridade da população, como no atual surto de intoxicação por metanol.

A REFORMA ADMINISTRATIVA AUMENTA A CORRUPÇÃO E REPRODUZ A PEC DA BANDIDAGEM

Os(as) servidores(as) públicos são responsáveis por representar denúncia contra ilegalidades, omissões ou abusos de poder nas instituições. Zelam por boas práticas de gestão, pelo uso responsável de recursos e pela conservação do patrimônio público. A estabilidade é a garantia de permanência do(a) trabalhador(a) no cargo público efetivo, o que lhe permite maior autonomia e imparcialidade, além de levar irregularidades administrativas, ou mesmo crimes, ao conhecimento das autoridades competentes e às instâncias de investigação. É uma proteção contra coerção, assédios e perseguições contra servidores(as) que denunciam ilícitudes ou que descumprem ordens superiores que não condizem com os princípios e propósitos da administração pública. Além da ampliação de comissionados diretamente indicados, a reforma administrativa ora proposta abre portas também para a substituição do RJU (Regime Jurídico Único) – já atacado durante do governo FHC e com este ataque sendo referendado pelo STF recentemente – e do instrumento amplo e democrático do concurso público por contratações diretas, temporárias e genéricas, precarizando condições de trabalho, exterminando a noção de carreira no serviço público brasileiro e dificultando o recrutamento dos profissionais mais qualificados para cada área. Por fim, é preciso ressaltar que o próprio governo, através do MGI, tem encaminhado ações que já se configuram como reforma administrativa, como as propostas recentemente anunciadas, sem diálogo com os servidores, para dimensionamento da força de trabalho e avaliação de desempenho, além da visão de carreira exposta em declarações oficiais de agentes vinculados ao ministério.

PREPARAR-NOS PARA AS BATALHAS EM 2026

Devemos nos preparar para os demais desafios que virão logo no início de 2026, que não estão descolados da luta contra a Reforma Administrativa protocolada no Congresso Nacional e da luta contra o Arcabouço Fiscal, que ainda impõe um estado permanente de austeridade fiscal, que, ao fim, fortalece a desesperança na coletividade e as alternativas propostas pela política de morte da extrema-direita.

A luta pelo cumprimento integral do acordo de greve assinado em 2024 não deve esmorecer. Importantes pontos do acordo, como o reposicionamento de aposentados(as), a reabertura do prazo de migração para o PCCTAE, a redução da jornada de trabalho dos(as) TAE para

30h sem redução salarial, a regulamentação da escala 12x60 e da carga horária de profissões regulamentadas, além da plena correção da injustiça cometida contra médicos e médicos veterinários, devem permanecer em nossa agenda de mobilização e nas tratativas com o governo, assim como a pauta da equiparação dos benefícios do poder Executivo aos valores recebidos pelos(as) servidores(as) do Judiciário e do Legislativo, discutida na mesa geral. Também devem ser reforçados, em 2026, os pleitos junto ao governo pela transformação do auxílio alimentação em auxílio nutrição para aposentados (as) e pensionistas e a desvinculação do auxílio saúde da necessidade de comprovação de pagamento de plano de saúde privado.

Precisaremos ainda estar alertas e mobilizados(as) para garantir que o RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) seja implementado em 2026, inclusive para os(as) servidores(as) aposentados(as), sem travas à sua concessão por parte do governo ou das gestões locais. É importante salientar que, embora haja previsão orçamentária para sua implementação na LOA, é fundamental que a categoria se mantenha mobilizada para garantir que não haja desvios para outros fins.

Por fim, é primordial que a FASUBRA paute no FONASEFE, o mais breve possível, a campanha salarial para 2027, de forma que a proposta coletiva do Fórum seja definida e encaminhada ao governo logo no início do próximo ano. Para auxiliar nas demandas mencionadas, é de extrema importância que a FASUBRA solicite ao DIEESE ou ao ILAESE a formulação de estudos sobre os recursos financeiros necessários para a implementação de propostas como a criação do auxílio nutrição para aposentados e pensionistas, fortalecendo, assim, o nosso debate e a nossa luta, uma vez que teremos mais argumentos que demonstrarão a viabilidade e a necessidade de implementação de nossas propostas.

Todas as demandas mencionadas devem ser protocoladas formalmente junto ao governo logo no início de 2026, com o objetivo de contribuir na construção da mobilização de nossa categoria, que terá, no próximo ano, o enorme desafio de derrotar nas urnas as candidaturas da extrema-direita, tanto nas eleições para o Executivo (presidente e governadores) quanto na importante disputa pelos cargos do Legislativo, sobretudo de senadores/as, pelo papel estratégico que o Senado federal terá no próximo ciclo político.

Juntamente com as pautas listadas acima, é importante que o movimento sindical protagonizado pela FASUBRA se guie também pela necessidade de ampliar o debate e a mobilização em defesa da democratização nas Instituições Federais de Ensino, lutando por

paridade nos conselhos deliberativos nas instituições; controle social nos hospitais universitários; e a possibilidade de que técnico-administrativos em educação possam se candidatar para reitorias, direções de centros, campi e departamentos, e assumir qualquer pró-reitoria, bem como ocupar outro cargo que hoje seja ocupado exclusivamente por docentes.

Em 2026, esses temas precisam constar no cotidiano de nossa intervenção dentro e fora das instituições, assim como nas reuniões com os representantes do governo e do Congresso Nacional, uma vez que são temas que envolvem diretamente nossas condições de trabalho e a nossa localização política dentro das Instituições Públicas brasileiras.

Na análise de conjuntura, temos acordo com a manutenção do texto com a seguinte inclusão de dois pontos.

1. A apresentação do PL 6170/2025 que trata do RSC, que revoltou toda nossa categoria e reafirmou a necessidade de intensificar a discussão da greve para início de 2026.
2. A criação de uma nova “comissão permanente de diálogo”, sem a participação das entidades sindicais, que representa um grave retrocesso. Nesta Plenária, reafirmamos que o espaço legítimo, legal e paritário de debate sobre a carreira é a CNSC/MEC, prevista em lei e construída a partir de negociação coletiva.

Essa comissão foi criada na reunião interministerial sobre o PL 6170/2025, que trata do RSC que não contou com a participação da FASUBRA e do SINASEFE.

NÃO AO PL DA DOSIMETRIA! SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS!

Três dias depois dos atos do domingo (14) contra o “PL da dosimetria” Jaques Wagner (PT/BA), líder do Governo no Senado, resolveu fazer um acordo com os golpistas para votar o projeto rechaçado nas ruas. O projeto em benefício e com aprovação de Bolsonaro teve a revisão de Sérgio Moro.

Lula, que anunciou o voto, também afirmou que não tinha conhecimento e que, portanto, não fez acordo algum. Falta o judiciário se manifestar, o Supremo não pode aceitar a anistia disfarçada.

Mais que nunca o Congresso, Câmara e Senado, são inimigos do povo. Se na votação da blindagem foi Motta e a Câmara que saíram queimados, agora é Alcolumbre e o Senado. Daí parte a necessidade de uma reforma política que estabeleça voto em lista, fundo público exclusivo de campanha e voto proporcional.

Dia 8 de janeiro, data em que a tentativa frustrada de golpe fará 3 anos, a FASUBRA estará nas ruas junto com milhares de manifestantes de todo o Brasil contra a anistia aos golpistas e na luta pelo cumprimento integral do acordo de greve e contra a reforma administrativa.

NÃO À INTERVENÇÃO NA VENEZUELA!

RESOLUÇÃO CONTRA A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA DE TRUMP NA VENEZUELA E CARIBE! FORA TRUMP DA AMÉRICA LATINA!

O ultradireitista Donald Trump deu mais um passo em sua agressão contra a Venezuela, declarando o bloqueio total à entrada e saída de navios petrolíferos no país, uma medida gravíssima numa nação cuja principal fonte de renda provém do petróleo. Essa medida busca estrangular a economia, interrompendo o comércio de nosso principal recurso e, consequentemente, a entrada de dólares. Isso afetará principalmente a classe trabalhadora venezuelana, por meio do aumento dos preços de produtos básicos e das tarifas de serviços públicos, num momento em que os salários estão sendo corroídos pela inflação. As já precárias condições de vida do povo trabalhador vão piorar.

Rejeitamos a agressão imperialista precisamente no 195º aniversário da morte do Libertador Simón Bolívar, que lutou contra o império espanhol em defesa da nossa soberania e pela independência da Venezuela e de outros países da região.

Há meses, o imperialismo estadunidense vem atacando embarcações em águas internacionais no Caribe e no Pacífico, com o falso argumento do combate ao tráfico de drogas, sem apresentar qualquer prova. Já matou 95 pessoas em 25 ataques a pequenas embarcações. Nos últimos dias, apreendeu um navio cargueiro que havia saído do país, roubando nosso petróleo, e também realizou um ataque cibernético contra a PDVSA, afetando as operações da empresa e colocando em risco os trabalhadores do setor petrolífero.

Convocamos os povos da América Latina e do mundo a se mobilizarem para rejeitar a operação militar dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico. Propomos que os presidentes Petro da Colômbia e Lula do Brasil convoquem um dia de protesto e mobilização continental para derrotar Trump.

Diante de tudo isso, a Plenária Nacional da FASUBRA considera urgente e necessária à solidariedade com o povo venezuelano, se posicionando incondicionalmente em defesa da Venezuela contra a agressão dos EUA.

QUESTÃO DA PALESTINA

Em face dos recentes e contínuos ataques e violações perpetrados por forças sionistas na Cisjordânia, uma extensão das táticas utilizadas em Gaza, manifestamos nosso mais veemente repúdio e profunda indignação. As ações de ocupação, a expansão ilegal de assentamentos, a destruição de propriedades palestinas e a violência sistemática contra a população civil constituem graves transgressões ao direito internacional e aos princípios mais básicos da humanidade. Tais políticas não apenas desfiguram o território palestino e deslocam suas comunidades milenares, mas também perpetuam um ciclo de opressão e sofrimento que há décadas impede qualquer perspectiva de paz justa e duradoura.

Estas práticas, sustentadas por um aparato militar de ocupação, configuram-se como uma negação flagrante do direito à autodeterminação do povo palestino e representam um obstáculo intransponível para a convivência e a segurança na região. A comunidade internacional não pode permanecer em silêncio ou cúmplice diante de tais atrocidades. É imperativo e urgente que se exija o fim imediato da ocupação, o desmantelamento dos assentamentos ilegais e o pleno respeito aos direitos humanos, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas.

Acreditamos que o futuro da região só pode ser construído sobre a justiça, a igualdade e o respeito mútuo. Repudiamos todas as formas de violência e discriminação, e solidarizamo-nos incondicionalmente com o povo palestino em sua luta legítima por liberdade, dignidade e por um Estado soberano e viável. A paz verdadeira nunca será edificada sobre a negação do outro, mas sim sobre o reconhecimento de sua humanidade e direitos inalienáveis.

Viva a Palestina livre, laica e soberana, do rio ao mar!

Resolução: A FASUBRA defende que o Estado brasileiro interrompa a compra de armamentos do Estado de Israel para municiar as polícias estaduais e a venda de petróleo brasileiro para abastecer a máquina de guerra israelense.

ENCAMINHAMENTOS ORGANIZATIVOS PARA A DIREÇÃO DA FASUBRA

- Buscar articulação com o SINASEFE para verificar a possibilidade de boicote ao SISU;
- Solicitar, através da representação da FASUBRA, reunião da CNSC/MEC antes da reunião com o MGI no dia 19.01;

- Retomada dos informes de base pela direção nacional através da divulgação do IB, sendo necessário que as entidades de bases encaminhem seus informes envia e-mail (secretaria@fasubra.org.br);
- Caso não seja apresentado alteração para o PL 6170/2025, a FASUBRA deve apresentar proposta de remanejamento dos recursos que seriam destinados para o RSC sejam redirecionados para o salário base, se o governo continue tentando restringir o acesso ao benefício a todos da Categoria;
- Realizar campanha digital: "Natal com Luta, Ano Novo com Greve" (ações focadas no descumprimento do acordo pelo MGI).

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E EM GREVE 2026

- **19 de janeiro** Dia Nacional de Luta com **paralisação** e atos nos estados e em Brasília para pressionar o governo pelo cumprimento do acordo e contra a reforma administrativa.
- **A direção da FASUBRA orienta as entidades filiadas a realizarem rodada de assembleias para avaliar a data para indicativo de Greve, se dia 02 ou 23 de fevereiro de 2026 e eleição de delegados (as) para a Plenária da FASUBRA, a ser realizada nos dias 24 e 25 de janeiro.**
- **Datas para Indicativo de Greve** – Os delegados e delegadas para análise das assembleias de base encaminhar qual o melhor período para o indicativo de greve em fevereiro. Foram indicados: 02/02 e 23/02.

➤ INDICAÇÃO DE PAUTA A SER DISCUTIDA PARA A GREVE DE 2026

1. Cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve 2024;
 - a) RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências): implementação integral conforme elaborado pela CNS; inclusão de aposentados, pensionistas e doutores; aplicação para toda a categoria em abril de 2026, caso não seja apresentada a alteração no dia 19.01 pelo MGI no PL 6170/2025;
 - b) Jornada de Trabalho: 30 horas semanais em lei e plantão 12x60 regulamentado;
2. Defesa do Serviço Público: Luta Contra a Reforma Administrativa e cobrança de posição firme do governo contra a PEC 38/25.

Conforme discussão realizada pelos delegados e delegadas na Plenária está indicando que: reajuste no piso do PCCTAE; step de 5% para 2027 e unificação dos níveis A-B e C-D; são para discussão posterior ao encerramento da parte financeira do Termo de Acordo da Greve de 2024 que acontecerá em abril de 2026.

CALENDÁRIO	
JANEIRO	
19	Reunião com MGI
19	Dia Nacional de Luta com paralisação e atos nas instituições e estados e em Brasília para pressionar o governo pelo cumprimento integral do acordo e contra a reforma administrativa.
07 a 21	Rodada de Assembleias
21 a 23	Reunião Direção Nacional
24 e 25	Plenária Nacional
FEVEREIRO	
MARÇO	

Observação: As moções aprovadas serão publicadas após análise pela AJN.